

ESTADO DO PARA PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

LEI ORDINÁRIA Nº , DE DE MARÇO DE 2022

Fixa competência e estabelece normas para declaração de Utilidade Pública às entidades privadas.

WOMEFRE COM

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Qualquer entidade de direito privado, desde que satisfaça as exigências desta Lei, poderá ser declarada de Utilidade Pública através de Lei Ordinária, cuja iniciativa do Projeto cabe a qualquer um dos Poderes, Executivo ou Legislativo.

Parágrafo único. O Título de Utilidade Pública terá validade por 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da Lei que o concedeu, podendo ser solicitada novamente após esse prazo.

- Art. 2º Para ser declarada de Utilidade Pública, a entidade deverá preencher as seguintes formalidades:
- I ter personalidade jurídica;
- II funcionar efetivamente dentro dos fins a que se propõe;
- III não se destinar a fins lucrativos;
- IV prova de existência efetiva pelo prazo mínimo de 01 (um) ano;
- V juntar cópia autêntica das atas de eleição e posse de sua Diretoria;
- VI outras provas que desejar fazer e evidenciem sua existência e funcionamento, inclusive com Cartão CNPJ; e,
- VII ter sede no Município de Eldorado do Carajás, pelo tempo mínimo de 06 (seis) meses.
- Art. 3º A entidade deverá provar com os seus estatutos, que se destina ao aperfeiçoamento físico, educacional, artístico, desportivo, religioso ou moral das pessoas, ou assistência social, de um modo geral.
- Art. 4º A declaração de Utilidade Pública, quando proposta pelo Poder Executivo, através de seu Prefeito, será instruída com o requerimento que a ele dirigir a entidade interessada e os documentos de citados no artigo 2º desta Lei.







ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

Art. 5º Quando o projeto for de iniciativa de qualquer Vereador, as provas mencionadas no artigo 2º deverão ser apresentadas juntamente com o projeto ou quando os projetos estiverem tramitando na Comissão de Justiça e Redação, observados os prazos regimentais dados àquela Comissão.

Art. 6º Uma vez reconhecida de Utilidade Pública, a entidade beneficiada obrigar-se-á a remeter, anualmente, a Secretaria Municipal da Fazenda, os seguintes documentos:

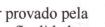
- I Relatório de suas atividades de acordo com os seus estatutos; e,
- II Balanço geral do movimento financeiro executado durante o ano imediatamente anterior.

Art. 7º As entidades declaradas de Utilidade Pública e que atenderam aos requisitos presentes nesta Lei, poderão, no prazo de 60 (sessenta) dias, da publicação da Lei que as declarou, se inscrever na Secretaria Municipal de Administração e/ou na Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de habilitar-se a posteriores auxílios e subvenções pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A simples inscrição não gera direito ao recebimento de recursos públicos, devendo haver autorização, por meio de Lei Ordinária oriunda do Poder Executivo, e previsão dos recursos na Lei Orçamentária Anual, para atender os projetos selecionados.

Art. 8º Se a entidade deixar de cumprir as exigências estabelecidas neste artigo durante 02 (dois) anos seguidos, será declarada nula a Utilidade Pública que lhe foi concedida, cuja iniciativa do Projeto cabe ao Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Neste caso o Projeto virá instruído com as provas que deram causa à nulidade.



- Art. 9º Também será declarada a nulidade nos termos do parágrafo anterior, se ficar provado pela Secretaria Municipal da Fazenda, que a entidade beneficiada não vem cumprindo sua finalidade.
- § 1º Para que se cumpra o disposto neste artigo e no parágrafo único do artigo 6º, desta Lei, ouvirse-á, previamente, a entidade, dando-se lhe o prazo de quinze dias para a apresentação de defesa escrita, privilegiando o princípio constitucional do contraditório e ampla defesa.
- § 2º O processo correrá pela Secretaria Municipal da Fazenda e será presidido pelo seu titular.
- Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua publicação.
- Art. 11/Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.







ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO – CJR

Gabinete da Prefeita Municipal de Eldorado do Carajás, em março de 2022.

IARA BRAGA MIRANDA

Prefeita Municipal

ENVIADO PARA SANÇÃO EM 21/03/2022

JACKSON VIEIRA DOS SANTOS SILVA Presidente da Câmara-Municipal





			,
			, ,
			,a:
\			